

O universo rural nas representações sociais de estudantes de ciências agrárias em duas diferentes regiões geográficas

The rural universe in the social representations of students from agricultural sciences in two different geographical regions

Luciene Alves Miguez Naiff¹

Rosa Cristina Monteiro²

José Marcos Froehlich³

RESUMO: Há um debate no âmbito da questão rural sobre como se estruturam as identidades de atores sociais envolvidos com a atividade agrícola. Este estudo teve como objetivo identificar e comparar as representações sociais que 400 alunos de cursos da área de ciências agrárias de duas Universidades Federais possuem sobre as identidades de camponeses e agricultores. Foi utilizada uma tarefa de evocação livre com os termos indutores “agricultor” e “camponês” para obtenção dos dados. Os resultados apontaram que os camponeses são representados pelos estudantes como atores arcaicos, deslocados historicamente e excluídos das formas de produção econômica vigentes no campo, enquanto que os agricultores são representados como modernos produtores de riquezas e de desenvolvimento do campo.

Palavras-chave: universo rural; ciências agrárias; representações sociais; camponês; agricultor.

ABSTRACT: There is a debate on rural issues about how to structure the identities of social actors involved with farming. This study aimed to identify and compare social representations of 400 students attending courses in the area of agricultural sciences in two Brazilian Federal Universities. The study explored the social representations on the identities of peasants and farmers. The data was obtained through the task of free evocation of words technique and the inducing terms were “agriculturist” and “peasant”. The results point to the fact that peasants are represented by students as archaic actors, historically displaced and excluded from existing economic forms of production, while agriculturists are portrayed as modern producers of wealth and rural development.

Keywords: rural universe; agricultural sciences; social representations; peasant; agriculturist.

Introdução

O debate contemporâneo sobre o universo agrário brasileiro tem suscitado nas últimas décadas uma questão nodal importante em virtude das transformações ocorridas pela modernização do campo: Como se estruturam as identidades de sujeitos/atores sociais envolvidos com a atividade agrícola no bojo de processos socioculturais que implicam transformações de pensamento e hábito de indivíduos e instituições? No centro deste debate, basicamente dois atores sociais têm estado presentes com intensidade: o camponês, estruturado através da organização do trabalho, da vida política e social com

¹ Doutora em Psicologia Social; Professora Adjunta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lunaiff@hotmail.com; lunaiff@oi.com.br.

² Doutora em Ciências Sociais: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Professora Associada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Brasil.

³ Doutor em Ciências Sociais: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Professor Associado na Universidade Federal de Santa Maria – Rio Grande do Sul, Brasil.

instrumentos e valores morais destoantes dos padrões capitalistas; e o agricultor, cuja identidade se aglutinaria na organização do trabalho com novas tecnologias, mudanças de hábitos, de expressão cultural e de sua imersão em uma lógica econômica alinhada com a constante produção de mercadorias (Balsan, 2006; Carneiro, 1998; Fernandez, 2001; Marques & Bleil, 2000; Moreira, 2003).

Dentro desse contexto, a dimensão camponesa, segundo Felício (2006a), estaria estruturada ao redor de dois paradigmas básicos, a saber: (a) o paradigma do capitalismo agrário, que advoga que o único futuro possível ao campesinato está na metamorfose da identidade camponesa tradicional em um moderno agricultor familiar, e (b) o paradigma da questão agrária, que entende que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada de criação e recriação da identidade camponesa. Em outras palavras, o camponês é aquele que luta pela terra e na falta de conflito agrário perde sua razão de existência, paradigma estruturante no Brasil de movimentos importantes na defesa contra a exclusão social no universo rural brasileiro, como o Movimento dos Sem Terra (MST) e a Via Campesina, que historicamente lutam, em linhas gerais, pela possibilidade de uma reforma agrária na estrutura fundiária brasileira, tradicionalmente estabelecida ao redor de modelos latifundiários.

Entretanto, para muitos autores, o termo camponês não daria mais conta de traduzir, na modernidade, o modo de vida dos pequenos trabalhadores agrícolas nas sociedades capitalistas modernas, que elegem o mercado como o principal lócus de sociabilidade de seus indivíduos (Abramovay, 1992; Gehlen, 2004; Lamarche, 1993). Desta forma, a identidade social camponesa teria se tornado inoperante, e esse agente social se transmutado em agricultores no caldo da modernidade capitalista, fato de certa forma já preconizado nas obras seminais de Lênin (1899/1980, 1918/1985), que, ao discutir o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e nos Estados Unidos da América, explicava o processo de exploração e destruição do campesinato e a eliminação do camponês como fruto do inevitável avanço capitalista.

Logo, estaríamos então assistindo à morte do camponês enquanto identidade social com poder explicativo no universo agrário brasileiro (Fernandez, 2001; Pietrafesa, 2000). Todavia, o camponês enquanto ator social, ao buscar formas de resistência nas entidades classistas atuantes na mediação dos conflitos agrários, como os já citados Movimento dos Sem Terra (MST) e Via Campesina, na realidade brasileira, tornam-se muitas vezes um incômodo para os que advogam a necessidade de uma ruralidade “moderna” asséptica (Felício, 2006b; Fernandez, 2000; Gaiger, 1999). Segundo Fernandez (2004, p. 27), “no Brasil, nos últimos 20 anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra que se tornou a principal forma de acesso à terra”.

As universidades brasileiras – pela sua própria vocação – têm estado na vanguarda da busca de sentidos para esse universo rural que se estrutura baseado em novas relações intergrupais e configurações identitárias. Neste contexto, entendemos que as representações sociais, por se apresentarem como uma modalidade de conhecimento construída e compartilhada no ambiente social e que tem como um dos objetivos a orientação de práticas e comportamentos (Abric, 2001a), podem proporcionar um maior entendimento dos elementos constituintes das categorias de camponês e agricultor presentes nos alunos universitários, muitos deles futuros atores sociais do universo rural

brasileiro, pois “as pesquisas sobre a construção de categorias sociais não têm ignorado o papel que as representações sociais desempenham na sua produção, assim como na sua saliência em contextos sociais específicos” (Vala, 1997, p. 8).

O conceito de representação social designa uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais amplamente, designa uma forma de pensamento social. Uma definição muito bem aceita dentro do campo de estudos das representações sociais e que resume suas principais características é dada por Jodelet (1984, pp. 361-362) ao afirmar que:

As representações sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tais, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica.

Falar em representações sociais implica em considerá-las enquanto emergentes na dimensão simbólica da vida social, pois, tal como afirma acima Jodelet (1984), servem para agir sobre o mundo e sobre os outros. As representações sociais nascem no cotidiano, nas interações que estabelecemos seja na família, no trabalho, na escola, nas relações com a saúde, etc., seja onde quer que exista uma realidade a ser apropriada e partilhada. Segundo Moscovici (1984), no cotidiano as pessoas analisam, comentam filosofias de vida não oficiais, que têm um decisivo impacto em suas relações sociais, em suas escolhas, na forma como educam seus filhos, etc. Eventos, ciências e ideologias alimentam as representações sociais, mas as informações que chegam devem sofrer um processo de transformação, para serem apropriadas e utilizadas na vida cotidiana.

O objetivo principal de lançarmos mão de representações sociais é buscar compreender o mundo a nossa volta. Os processos responsáveis pela formação das representações sociais são a objetivação e a ancoragem. Isto significa dizer que objetivamos o desconhecido dando-lhe forma, tornando-o quase palpável, e o ancoramos em nosso próprio sistema de referência pré-existente, utilizando essa estrutura como guia de nossas ações. No entanto, o que se caracteriza como desconhecido, ou usando o termo moscoviciano “não familiar”, deve estar associado a um grau suficientemente alto de relevância para um determinado grupo, para que então possa gerar as conversações e seu consequente domínio (Wagner, 1998).

As representações sociais possuem, segundo Abric (2001b), uma organização significativa, isto é, não são apenas reproduções da realidade; estão imersas em um contexto mais imediato e outro mais global. Respondem a quatro perguntas em sua composição: quem representa? (o sujeito); quando representa? (o momento histórico); a partir de onde representa? (contexto social); e porque representa? (o objetivo) (Jovchelovitch, 1996).

A utilização da teoria das representações sociais como suporte teórico impõe algumas preocupações com relação à coerência entre o que se pretende estudar (objetos de pesquisa) e o que a teoria oferece (Sá, 1998). Segundo Moscovici (1984), as representações sociais emergem em uma situação social, em função de três condições básicas:

- Dispersão da informação – as informações sobre o objeto de representação são ambíguas e produzem uma série de “micro” conhecimentos sobre o assunto, esses micro conhecimentos mantêm a informação correta dissolvida gerando dúvidas e incertezas;

- Focalização – a relevância do objeto de representação para o grupo o mantém no foco de interesse para a produção de representações sociais;
- Pressão à inferência – a pertinência e a relevância também geram a necessidade de produzir uma representação social sobre um dado objeto que precisa ser compreendido e assimilado pelo grupo.

O estudo das representações sociais se dá no cotidiano, privilegiando a comunicação em sua formação. As representações sociais são produzidas para permitir uma maior adaptação de um determinado grupo a uma realidade que se impõe (Moscovici, 2003).

A formação de representações sociais, portanto, agrega duas principais características de acordo com o que vimos até aqui: em primeiro lugar, a premissa de que têm o objetivo de transformar o não-familiar em familiar; em segundo lugar, é uma modalidade que, segundo Moscovici (2003), tem por função direcionar o comportamento e a comunicação.

Este trabalho teve como objetivo descrever e comparar as representações sociais que estudantes de cursos de ciências agrárias da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Estado do Rio Grande do Sul, possuem sobre as figuras do agricultor e do camponês, muitas vezes entendidos como sinônimos no universo do senso comum.

A escolha dessas duas regiões se justifica pela diversidade encontrada na realidade de seus universos rurais. Segundo Kageyama (2006), o Estado do Rio Grande do Sul possui uma sociedade rural historicamente estruturada ao redor de pequenos agricultores familiares (muitos advindos de movimentos migratórios europeus do final do século XIX e começo do século XX), com múltiplas culturas exploradas (fumo, trigo, vinicultura, fruticultura, entre outras), que hoje convivem pressionados pelo fenômeno da pluriatividade – estruturação econômica rural na qual os indivíduos exercem mais de uma atividade produtiva, sendo uma delas a agricultura. Essa mesma sociedade rural também sofreu forte influência da ideologia camponesa desde o final da década de 1950, com o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), que chegou, a partir de 1962, a contar com apoio institucional para invasões de áreas improdutivas com fins de reforma agrária, proporcionado pelo então governador Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (Schneider, Conterato, Koppel & Silva, 2006). Esse movimento foi aniquilado pelo regime militar de 1964, voltando a surgir com força em 1979, com a ocupação ocorrida no município de Ronda Alta, dando origem ao processo de criação do Movimento dos Sem-Terra (MST).

O Estado do Rio de Janeiro, por outro lado, sempre teve seu desenvolvimento, desde o período colonial, voltado para o processo de urbanização de seu território, sendo visto como um estado cujo setor agropecuário é pouco expressivo e com vocação agrícola em decadência. Sua agricultura familiar existe, mas está estruturada basicamente ao redor de poucas áreas rurais, no entorno do urbano, e concentrada em monoculturas, em especial a da cana-de-açúcar, da banana e dos cítricos. Teve na sua história pouca cultura conflituosa camponesa, com a maioria de seus assentamentos se estabelecendo em áreas limítrofes das cidades da região da Baixada Fluminense. Segundo Giuliani e Castro (1996), o primeiro assentamento que se tem notícia no estado data de 1986, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ramo da Igreja Católica, mas que não contou com o apoio do MST, que considerava que a estrutura de tal assentamento era basicamente conduzida por indivíduos classificados como “sem-tetos” do que realmente “sem-terras”.

Metodologia

Participaram da pesquisa 400 estudantes de cursos classificados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como pertencentes à área de Ciências Agrárias – como agronomia, veterinária, zootecnia, etc. –, sendo 200 estudantes matriculados na UFRRJ e 200 matriculados na UFSM.

Os sujeitos foram submetidos a uma tarefa de evocação livre, na qual lhes foi solicitados que expressassem espontaneamente cinco palavras ou expressões que lhes viessem imediatamente à lembrança quando apresentávamos os termos indutores “Camponês” e “Agricultor”. As tarefas de evocação foram distribuídas de forma excludente. Cada sujeito que participou da tarefa de evocação sobre o camponês, não participou da evocação com o termo indutor agricultor, pois os termos foram considerados semanticamente aproximados na linguagem cotidiana, evitando desta forma que a primeira evocação gerasse no sujeito um possível efeito residual que influenciaria a evocação ao segundo termo, fenômeno conhecido na literatura como efeito *carry-over*. Dessa forma, tivemos ao final cada termo evocado por 100 sujeitos diferentes de cada subgrupo.

Em uma segunda etapa foi pedido que os sujeitos hierarquizassem por grau de importância as palavras ou expressões evocadas anteriormente. Essa técnica combinada tem a vantagem de aproveitar o material bruto nascido da associação livre e o organizar cognitivamente, permitindo uma reavaliação da ordem de evocação, de acordo com a indicação de Abric (2003).

As questões de evocação livre foram submetidas a uma análise lexical com auxílio do programa de computador denominado EVOC 2003® (*Ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations*), cuja lógica consiste em combinar a frequência com que as palavras e expressões são emitidas pelos sujeitos com a ordem em que cada sujeito as evoca (ou com a ordem de importância a elas atribuída por cada sujeito), permitindo apreender quais os elementos das representações sociais são presentes de forma mais central na produção discursiva dos sujeitos (Oliveira, Marques, Gomes & Teixeira, 2005).

A Figura 1 apresenta uma esquematização da distribuição dos resultados gerados pela técnica da evocação livre. O cruzamento da frequência média das evocações com a ordem média de importância que lhes foi atribuída gera quatro quadrantes, pelos quais os elementos evocados se distribuem. A técnica advoga que no 1º quadrante (superior esquerdo) se aloca os possíveis elementos centrais e no 4º quadrante (inferior direito) estariam os elementos claramente periféricos nessa representação. A lógica subjacente à técnica empregada é que os elementos que ao mesmo tempo tenham sido mais frequentes e considerados mais importantes teriam maior probabilidade de pertencer ao núcleo central da representação social estudada (Vergès, 1994, 2005).

No 2º quadrante encontramos a 1ª periferia, composta pelos principais elementos periféricos, dada a sua frequência elevada de evocação, embora hierarquizados como menos importantes. O 3º quadrante seria composto pelos elementos de contraste, que foram considerados importantes pelos sujeitos apesar da sua baixa frequência. Abric (2003, p. 64) considera que este quadrante pode tanto “revelar a existência de um subgrupo minoritário portador de uma representação diferente” como ser apenas composto de elementos complementares da 1ª periferia.

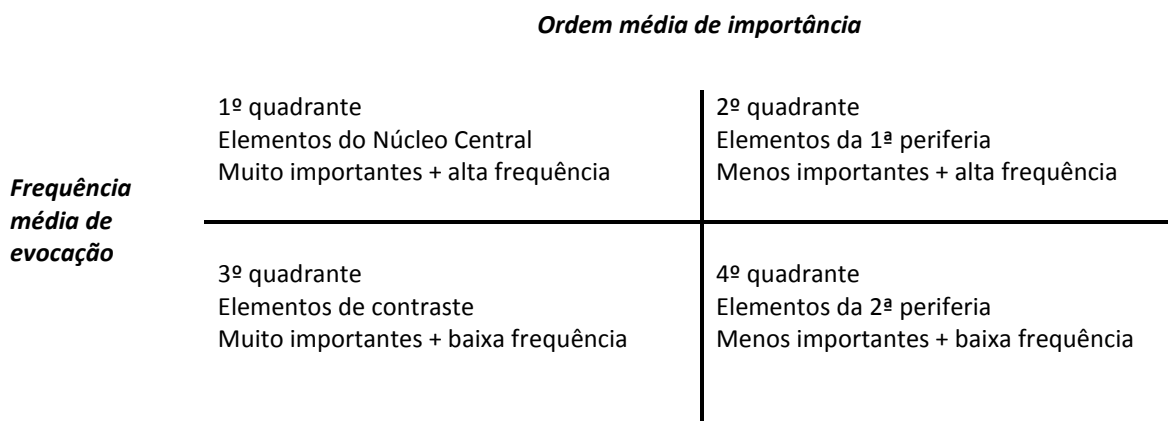


Figura 1 - Representação esquemática da distribuição das cognições das representações sociais no modelo de evocação livre.

Resultados e discussão

As figuras 2 e 3 apresentam a distribuição das evocações referentes ao “camponês”. Os dados apontam para um provável núcleo central comum das representações sociais das duas amostras, estruturado ao redor de uma configuração ideologizada do camponês como um “trabalhador” do “campo”, um “homem do campo”, alguém cuja identidade é dada basicamente pela localização da sua atividade numa “zona rural”. Os estudantes da UFSM elegem ainda a “agricultura familiar” como uma dimensão central da sua representação social do camponês. Isso talvez esteja indicando a internalização do discurso capitalista que entende o camponês como sem espaço na modernidade, transmutando-se na microagricultura produtiva, também denominada de agricultura familiar, característica forte da ocupação fundiária, em pequenas e médias propriedades, por famílias coloniais européias (principalmente de origem italianas e alemãs) na região Sul do Brasil.

<3,0 ordem média de importância ≥3,0					
Homem do campo	59	2,05			
Trabalhador	37	2,38			
Agricultura familiar	30	2,57			
			Frequência ≥ 14		
Frequência < 14					
Agricultor	13	2,00	Humilde	12	3,08
Terra	11	2,91	Subsistência	11	3,46
Pobreza	7	2,28	Lavoura	10	3,00
MST	6	1,67	Plantação	8	3,86
Trabalhador-Rural	6	1,83	Simples	8	3,13
			Pequena propriedade	7	3,57
			Alimentos	6	3,33

Figura 2 - Representação social do camponês entre estudantes de cursos de Ciências Agrárias da UFSM.

<2,9 ordem média de importância ≥2,9					
Trabalhador	44	2,54	Pobreza	37	2,91
Campo	34	1,44	Simples	16	2,94
Agricultura	26	2,62	Família	15	3,93
Zona-rural	17	1,88	Frequência ≥ 15		
Frequência < 15					
Plantação	10	2,70	Terra	14	3,21
Humilde	9	2,78	Animais	11	3,27
Produção	8	2,88	Fazenda	5	3,60
Feudalismo	7	2,29			

Figura 3 - Representação social do camponês entre estudantes de cursos de Ciências Agrárias da UFRRJ.

Uma análise da primeira periferia parece indicar que os alunos de ciências agrárias da UFRRJ compartilham uma imagem estereotipada do camponês, igualmente presente nas representações de alunos de outros cursos da Universidade (Naiff, Monteiro & Naiff, 1999). Esta imagem é também estruturada na dimensão “familiar”, mas aqui caracterizadas pela “pobreza” e pela “simplicidade” numa proporção maior do que a verificada na UFSM. Merece destaque a total ausência da dimensão conflitiva atrelada à identidade camponesa na representação dos alunos da UFRRJ, encontrada nas evocações de alguns alunos da UFSM, os quais fazem referência explícita ao MST, movimento de luta camponesa brasileira pela reforma agrária, que consegue através de suas ações – muitas vezes ilegais e violentas – tornar pauta da sociedade os conflitos existentes no universo rural. Provavelmente, tal diferença reflete a própria história política do movimento, estruturado inicialmente nos estados da Região Sul do Brasil, entre eles o Rio Grande do Sul (Schneider, 1995).

Em relação às representações sociais do “agricultor” (figuras 4 e 5), os resultados apontam para o fato de que as duas amostras compartilham a noção de agricultores como sujeitos produtores/trabalhadores em plantações de gêneros alimentícios. Ou seja, para os estudantes de ciências agrárias tanto da UFRRJ quanto da UFSM, os agricultores na modernidade se estruturam em torno de uma identidade social relacionada ao capitalismo nas suas macrodimensões rurais, enquanto produtores de mercadorias plenamente integrados às vicissitudes do agronegócio.

<3,0 ordem média de importância ≥3,0					
Trabalhador	99	2,58			
Produtor	47	2,30			
Alimentos	26	3,00			
			Frequência ≥ 21		
Frequência < 21					
Lavoura	16	2,63	Campo	10	3,00
			Plantação	10	3,00
			Agricultura	7	3,00
			Dificuldade	6	3,17
			Empreendedor	6	3,50
			Humilde	6	3,50

Figura 4 - Representação social do agricultor entre estudantes de cursos de Ciências Agrárias da UFSM.

<3,0 ordem média de importância ≥3,0					
Plantações	52	2,79	Alimentos	22	3,18
Terra	48	1,82			
Produtor	31	2,39			
Trabalhador	26	2,84			
Agronegócio	19	2,98			
Agricultura	18	2,72			
Frequência < 17			Frequência ≥ 17		
Campo	13	1,77	Zona-rural	14	3,29
Reforma-agrária	12	2,84	Agricultura-familiar	9	4,00
Família	7	2,85	Pobreza	9	3,78
Enxada	6	2,00	Humilde	6	3,83

Figura 5 - Representação social do agricultor entre estudantes de cursos de Ciências Agrárias da UFRRJ.

Vale também destacar a presença de dimensões ideológicas relacionadas à figura do camponês na representação social do agricultor, como a reforma agrária, a lavoura, a pobreza, a humildade, a família, entre outros, refletindo, ainda que de forma periférica, a similitude semântica ainda existente em relação aos conceitos aqui estudados (agricultor e camponês).

Considerações finais

Os resultados da presente pesquisa apontam que o camponês é representado pelos estudantes da UFRRJ como um ator social/político excluído das formas de produção econômica vigentes no moderno universo rural – fato exemplificado na atuação política de suas entidades classistas no Brasil (o Movimento dos Sem Terra e a Via Campesina, por exemplo) que possuem projetos institucionais de resgate em seus integrantes da identidade camponesa (Caldart, 2001; Comparato, 2001; Felício, 2006b). Esse argumento reforça a noção de que os termos que definem uma agricultura camponesa têm de ser discutidos não a partir de uma economia de mercado, como normalmente é feito, mas buscando-se sua definição a partir de características específicas no interior dessas unidades, algo que se situa mais na esfera da autonomia da produção do que na dependência da circulação de capitais (Schneider, 2003; Silva, 1999; Velteimeyer, 1997). Essas unidades se diferenciam, no tempo e no espaço, de leis gerais de relações de produção determinantes ou globais, e são muitas vezes observadas como produtos antitéticos do desenvolvimento geral da sociedade (Oliveira, 2001).

Contrapondo-se ao camponês arcaico e deslocado historicamente, o capitalismo apresenta a sua transmutação em moderno agricultor familiar, muito mais atraente às novas gerações enquanto agente produtor de riquezas e de desenvolvimento no campo, e também menos gerador de tensões (Abramovay, 1992).

A análise dos resultados das representações sociais do agricultor já apontam para essa nova configuração compartilhada em linhas gerais pelos alunos de ciências agrárias de duas Universidades sediadas em regiões com especificidades e histórias muito peculiares no Brasil. Não seria exagero dizer que esses alunos, que provavelmente serão os futuros atores sociais da questão agrária brasileira, estão hoje sujeitos às informações produzidas no universo reificado sobre a temática aludida.

Assim, torna-se importante aprofundar a investigação com novas pesquisas que procurem explorar as identidades sociais rurais, buscando compreender, por exemplo, como os que ainda se identificam como camponeses estão vivenciando este momento histórico, principalmente através das estratégias de influência minoritária (Moscovici, 1979; Moscovici, Mugny & Pérez, 1991) utilizadas como resistência às tentativas de aniquilamento identitário em curso.

Referências

- Abramovay, R. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, SP: HUCITEC.
- Abric, J-C. (2001a). Prácticas sociales, representaciones sociales. In J-C. Abric (Ed.). *Prácticas sociales y representaciones* (pp. 195-214). México D. F.: Ediciones Coyoacán.
- Abric, J-C. (2001b). Las representaciones sociales: aspectos teóricos. In J-C. Abric (Ed.). *Prácticas sociales y representaciones* (pp. 11-32). México D. F.: Ediciones Coyoacán.
- Abric, J-C. (2003). La recherche du noyau central et la zone muette des représentations sociales. In J-C. Abric (Ed.). *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 59-80). Paris: Érès.
- Balsan, C. (2006). Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, 1(2), 123-151.
- Caldart, R. S. (2001). O MST e a formação do sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, 15(43), 207-224.
- Carneiro, M. J. (1998). Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 11, 53-75.
- Comparato, B. K. (2001). A ação política do MST. *São Paulo em Perspectiva*, 15(4), 105-118.
- Felício, M. J. (2006a). Os camponeses e os agricultores familiares: paradigmas em questão. *Geografia*, 15 (1), 205-219.
- Felício, M. J. (2006b). A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e camponês. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, 1(2), 14-30.
- Fernandez, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Fernandez, B. M. (2001). *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo, SP: Cortez Editora.
- Fernandez, B. M. (2004). Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *Agrária*, 1, 16-36.
- Gaiger, L. I. (1999). As condições socioculturais do engajamento no MST. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 13, 70-92.
- Gehlen, I. (2004). Políticas públicas e desenvolvimento social rural. *São Paulo em Perspectiva*, 18 (2), 95-103.
- Giuliani, G. M. & Castro, E. G. (1996). Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 6, 138-169.
- Jodelet, D. (1984). Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In S. Moscovici (Org.). *Psychologie sociale* (pp. 357-378). Paris: Presses Universitaires de France.
- Jovchelovitch, S. (1996). In defense of representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*. 26(2), 121-136.
- Kageyama, A. (2006). Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In S. Schneider (Org.). *A diversidade da agricultura familiar* (pp. 245-272). Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Lamarche, H. (1993). *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

- Lenin, V. I. (1899/1980). *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Debates Editora.
- Lenin, V. I. (1918/1985). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural.
- Marques, P. E. M., & Bleil, S. I. (2000). A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 15, 158-177.
- Moreira, R. J. (2003). Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 20, 113-143.
- Moscovici, S. (1979). *Psychologie des minorités actives*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In S. Moscovici (Ed.). *Social representations* (pp. 3-70). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (2003). A história e a atualidade das representações sociais. In S. Moscovici (Ed.). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (pp.167-214). Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S., Mugny, G., & Pérez, J. A. (1991). *Influencia social inconsciente*. Barcelona: Anthropos.
- Naiff, D. G. M., Monteiro, R. C., & Naiff, L. A. M. (1999). O camponês e o agricultor nas representações sociais de estudantes universitários. *Psico-USF*, 14(2), 221-227.
- Oliveira, B. C. (2001). Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. *Estudos Avançados*, 15 (43), 61-77.
- Oliveira, D. C., Marques, S. C., Gomes, A. M. T., & Teixeira, M. A. T. V. (2005). Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuino & S. M. Nóbrega (Orgs.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 573-603). João Pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba.
- Pietrafesa, J. P. (2000). Agricultura familiar e reprodução social. *Sociedade e Cultura*, 3 (1 & 2), 185-216.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Schneider, S. (1995). As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do sul: o caso da agricultura em tempo parcial. *Ensaio FEE*, 16(1), 105-129.
- Schneider, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51), 99-121.
- Schneider, S., Conterato, M. A., Koppe, L. R., & Silva, C.C. (2006). A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In S. Schneider (Org.). *A diversidade da agricultura familiar* (pp. 137-165). Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Silva, O. H. (1999). Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade. *Revista de Sociologia e Política*, 12, 161-167.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32(140), 7-29.
- Velteimeyer, H. (1997). New social movement in Latin America: The dynamics of class and identity. *Journal of Peasant Studies*, 25(1), 139-169.
- Vergès, P. (1994). Approche du noyau central: propriétés quantitatives et structurales. In Ch. Guimelli (Ed.). *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 233-253). Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- Vergès, P. (2005) A evocação do dinheiro: um método para a definição do núcleo central de uma representação. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuino & S. M. Nóbrega (Eds.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 471-488). João Pessoa, PB: Editora UFPB.
- Wagner, W. (1998). Socio-gênese e características das representações sociais. In A. S. P. Moreira & D. C. de Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representações sociais* (pp. 16-26). Goiânia, GO: AB Editora.

Apresentação: 27/10/2011

Aprovação: 15/12/2011